



Boletim do Professor

Se não pagar é GREVE

O Estado de Greve dos Professores do Colégio Moderno parece que não sensibilizou a direção da escola, que insiste em desrespeitar os direitos dos professores e, principalmente, o recebimento dos salários.

Os mantenedores se comprometem, mas não respeitam os prazos. Na segunda-feira (24 de setembro), caso a questão não seja resolvida, os professores irão parar por prazo indeterminado conforme decisão de Assembleia e em resposta à total falta de compromisso da Instituição.

Sinpro Santos

Mudar Juntos



“Tábua de Salvação”

Instituições privadas de Ensino Superior são novamente socorridas pelo Governo Federal através do perdão de dívidas tributárias em troca de bolsas do ProUni. .

O Sinpro Santos, filiado à CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos), está disponibilizando a revista Conteúdo, e nesta edição, traz informações importantes sobre a educação no país.

Para o professor (a) interessado (a) em receber a revista, entre em contato através do e-mail (imprensa@sinprosantos.org.br) ou pelo telefone 3234-1071 / 3234-9892, informando o endereço a ser entregue.

Todo trabalho extraordinário deve ser documentado

O SINPRO-SP já recomendou e volta a insistir: os professores devem registrar (e guardar a anotação consigo cuidadosamente) todo o tipo de trabalho extraordinário que executarem por qualquer meio ou suporte. A providência decorre da necessidade de comprovar, na hipótese que de que o docente não receba por isso, o número de horas em que o professor, mesmo em sua casa, esteve a serviço da escola por meio das tecnologias digitais que, ainda que à distância, caracterizam uma extensão da atividade que desenvolve no seu emprego.

O assunto está entre as principais preocupações do Sindicato já faz tempo, mas ganhou vida nova no final do ano passado quando foi alterado o artigo 6º da CLT, que anteriormente apenas afirmava que não havia distinção “entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que caracterizada a relação de emprego”.

Com a mudança introduzida pela Lei 12551, de 15 de dezembro de 2011, essa conceituação do artigo 6º foi aprimorada. Observe a nova redação: “Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego”.

E acrescenta o Parágrafo único desse mesmo artigo 6º: “Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio”. Isso significa, por exemplo, que o atendimento dos alunos por e-mail, plantão de dúvidas em chats ou em listas virtuais, fóruns de discussão etc, atividades que os professores passaram a desenvolver on-line graças às tecnologias da informação e da comunicação (TICs), dentro e fora da escola, que extrapolem seu contrato de trabalho, devem ser remuneradas como horas extraordinárias, mesmo que, para isso, seja preciso recorrer à via jurídica.

É importante ressaltar: as convenções coletivas dos professores da Educação Básica e do Ensino Superior, quando falam em hora-atividade, são precisas: o adicional de 5% é destinado exclusivamente ao pagamento do “tempo gasto na preparação de aulas, provas e exercícios, bem como na correção dos mesmos”. Isso quer dizer que é trabalho extraordinário tudo o que exceder essa delimitação do contrato do docente com a escola onde leciona.

No entanto, é preciso que o professor, sempre que esses fatos ocorrerem faça a respectiva anotação pormenorizada: data da atividade, natureza da atividade, sua finalidade e, o que é fundamental, o registro impresso do horário e do seu tempo de duração com os próprios dados fornecidos pela máquina em o trabalho estiver sendo desenvolvido. Obter isso não é difícil: os próprios aplicativos e programas de gestão acadêmica, os sites das escolas e até mesmo os sistemas de recebimento e expedição de e-mails oferecem ao usuário a informação do tempo de duração dessas atividades.

Muitas escolas resistem a reconhecer que as mudanças decorrentes da expansão das tecnologias digitais na educação e na organização da atividade docente têm representado sobrecarga de trabalho para o professor. Em alguns casos, a precisão e volume de informações com as quais nossa categoria passou a trabalhar vêm sendo supervisionadas e controladas com tal nível de obsessão que as vantagens pedagógicas das TICs acabaram sendo submetida à lógica da burocracia, inversão que desemboca em maior volume de trabalho para os professores. A mudança no artigo 6º da CLT pode significar um caminho para que essa distorção seja corrigida.

Sobre universidades, campeonatos e reportagem

Artigo de Sylvia Moretzsohn convida à reflexão sobre os propósitos e consequências do ranking universitário publicado pela Folha de S. Paulo. “A prática da reportagem é muito mais eficaz e esclarecedora do que iniciativas de grande potencial publicitário” instiga.

Por Sylvia Debossan Moretzsohn*

O caderno especial que a Folha de São Paulo publicou na segunda-feira (3/9) com “o primeiro ranking de universidades brasileiras” é um raro exemplo de esquizofrenia jornalística. Idealizada pelo próprio jornal e realizada ao longo de oito meses com a intenção de ser uma “iniciativa de avaliação sistemática do ensino superior no país”, a pesquisa traz tantas inconsistências que nem deveria ter sido publicada. O resultado, como não poderia deixar de ser, foi um caderno intrinsecamente contraditório, que apresentava os índices e a “receita para medir o ensino” ao lado de artigos que reconheciam a fragilidade dos números e a extrema simplificação que eles promoviam.

Para completar, a coluna de domingo (9/9) da ombudswoman Suzana Singer destacava: “Ranking universitário criado pela Folha tem problemas graves de metodologia, mas é bom para chacoalhar a academia”. Por que a academia deveria sentir-se chacoalhada com números imprestáveis é desses mistérios para os quais não se imagina uma resposta coerente, embora o ranking – cuja sigla, RUF, “parece latido de cachorro” – tenha provocado “bastante barulho”, com o envio de “mais de 300 mensagens em apenas três dias” à ombudsman.

Porém, é forçoso reconhecer o empenho desse jornal em “chacoalhar a academia” de tempos em tempos. Um dos episódios mais famosos ocorreu há 24 anos: foi o da “lista dos improdutivos da USP”, publicada em fevereiro de 1988, e que provocou respostas incisivas de alguns dos mais brilhantes intelectuais do país. Na época, o jornal divulgava uma relação produzida pela reitoria. Agora, fabrica seus próprios números e expõe uma contradição essencial: se há problemas graves de metodologia, por que o ranking teria credibilidade?

Como a tabela do Brasileirão

Na contracapa do caderno especial, sob a vinheta “Contraponto”, o pesquisador Don F. Westerheijden critica: “Os rankings atuais são como tabelas de campeonato de futebol”. Nesses campeonatos, “as normas dos rankings são rígidas e estáveis (2/1/0 pontos para vitórias/empates/derrotas), mas, nos rankings de universidades, as regras são tão arbitrárias e inconstantes que as instituições mudam de posição sem que tenham feito qualquer alteração real no ensino”.

Mais adiante, aponta o que falta a esse tipo de listagem: “contemplar a diversidade de disciplinas e mostrar a diferença entre ensino e pesquisa/inação”. E sugere como hipótese viável o U-Multirank, patrocinado pela União Europeia, previsto para estreiar em fins do ano que vem, com a proposta de “disponibilizar dados das universidades para que o usuário faça sua análise na dimensão que quiser, no lugar de apresentar uma listagem resultante de um cálculo que atribui pesos aos dados”.

Apesar de ter sido apresentado como tal, o artigo não foi o único “contraponto” à pesquisa. O primeiro, pela ordem da edição, é do articulista Helio Schwartsman. O título, “Só conhecemos aquilo que podemos medir”, associado a “um mantra da física” segundo o qual “sem as amarras da realidade mensurável, a ciência é indistinguível da teologia e do delírio”, já permitiria uma longa discussão a respeito do conhecimento humano, do qual estariam descartadas, desde logo, a arte e a literatura, talvez pertencentes a essa esfera delirante do imensurável.

Números ruins e propaganda

Como aqui não há espaço para essas considerações, fiquemos com os argumentos do articulista, que de saída se equivoca ao dizer que as universidades brasileiras foram “construídas à sombra do sindicalismo de resultados” e que por isso “têm sólido histórico de resistência a avaliações”. Naturalmente, essa tentativa de desqualificação não se refere às universidades em geral, mas às públicas, embora a afirmação não se aplique sequer ao movimento sindical prevalecente nessas instituições.

Sindicalismo de resultados, como se sabe, é antiga expressão de militantes contrários à CUT, que ganharam algum prestígio nos malfadados tempos de Fernando Collor e seu ministro do Trabalho Antonio Rogério Magri, que combatia o sindicalismo “ideológico” sob o argumento de que ideologia não enchia barriga.

Mas é claro que o articulista não desconhece a história de nossas universidades, portanto não poderia supor que resultassem de ações sindicais de qualquer espécie.

À parte esse deslize, Schwartzman relaciona uma série de problemas metodológicos da pesquisa que o jornal divulga, e então retoma a pergunta com a qual abre seu texto: “Por que criar um ranking universitário?”. Responde assim:

“A ciência e o ensino estão se globalizando. É cada vez mais comum ver jovens estudando no estrangeiro. E, se já é difícil escolher uma universidade no país de origem, muito pior é fazê-lo em lugares a respeito dos quais não se tem muita informação. Os rankings, ao traduzir toneladas de dados num número, ajudam esse estudante. Embora a internacionalização seja ainda incipiente no Brasil, devido a mudanças como o Enem, está aumentando a mobilidade interna dos alunos, para os quais o RUF pode ser de grande auxílio. (...) No mais, uma medida da produção universitária, mesmo que imperfeita, é preferível a nenhuma medida.”

Não: números ruins não servem para nada, a não ser para mistificar. Ou – o que dá no mesmo – para serem manipulados para fins de propaganda, como, previsivelmente, ocorreu já no dia seguinte à divulgação do ranking: na terça-feira (4/9), uma instituição ocupava a barra inferior da capa do jornal e uma página interna inteira no primeiro caderno para se anunciar como “a melhor universidade privada do estado de São Paulo”. Na quinta (6), uma concorrente faria o mesmo, e repetiria a dose na segunda-feira (10), dizendo-se “top no mercado de trabalho” de acordo com “os que contratam”, valendo-se do RUF como comprovação.

Apenas um “exercício”

Ainda no caderno que divulgou a listagem, o próprio coordenador do projeto reconhece que o trabalho de “ranquear é novo, escorregadio e metodologicamente vacilante”, e que tais tabelas resultam de “um processo complexo que requer experimentação. Por isso mesmo são chamadas de exercícios” ([ver aqui](#)).

Por que simples exercícios são publicados num jornal e, apesar de incipientes, sustentam manchetes conclusivas é algo que escapa à lógica – ou melhor, só se encaixa na lógica publicitária.

Adiante, o pesquisador se impressiona com o fato de que, “no quesito qualidade de ensino, apenas um quarto das universidades tenha recebido alguma pontuação (40 públicas e nove privadas)”. De fato, entre as 50 primeiras, nove tiraram zero nesse item. Será que o ensino nessas instituições é assim tão indigente ou os especialistas consultados não eram a melhor fonte para informar o que se passa numa sala de aula?

O papel da universidade

No dia seguinte à publicação do ranking, o físico e membro do Conselho Editorial da Folha Rogério César de Cerqueira Leite ampliaria as críticas, que começavam com a questão crucial para qualquer empreitada desse gênero: tentar estabelecer um ranking de universidades exige, antes de mais nada, esclarecer o que se entende por universidade ([ver aqui](#)).

E aqui chegamos ao problema de fundo, já discutido mais de duas décadas atrás, na época dos famosos “improdutivos” da USP. A propósito, valeria a pena resgatar alguns entre vários artigos que a professora Marilena Chaui publicou sobre a “universidade operacional” ([ver aqui](#)), inclusive na própria Folha ([no falecido caderno Mais!](#) de 9/5/1999), [depois aprofundado aqui](#)):

“Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. (...) Nela, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência ricos em ilustrações e com duplicata em CD-ROM. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre ela e outras afins – o professor é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para pesquisa, aceita ser escorçado e arrojado por contratos de trabalho temporários e precários – ou melhor, “flexíveis”. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois se tornam, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação. (...) Passa-se a confundir educação e “reciclagem”, exigida pelas condições do mercado de trabalho. Trata-se de aquisições de técnicas por meio de processos de adestramento e treinamento para saber empregá-las de acordo com as finalidades das empresas.”

Em vez de rankings, reportagem

Bem a propósito, o editorial da edição que anuncia o ranking critica o “dogma” da indissociabilidade entre ensino e pesquisa – da extensão, nem se fala – consagrado pela Constituição de 1988. Pois, afinal, o levantamento da Folha estava aí para demonstrar que universidades voltadas apenas para o ensino teriam um papel a cumprir.

Disso não há qualquer dúvida, como acabamos de ver.

Já a conclusão do editorial – de que “seria útil para o país (...) admitir que prosperem diferentes tipos de universidades” – merece algum reparo. Pois a grande utilidade, aí, é para os empresários desse lucrativo ramo de negócio.

Se o jornal optasse por investir em reportagem sobre a situação do ensino superior no país, em vez de gastar oito meses e o correspondente em cifrões não especificados para estabelecer um ranking cuja precariedade é reconhecida pelos próprios organizadores, seguramente prestaria melhor serviço. Nem tanto aos empregadores, talvez, mas certamente aos estudantes e ao público em geral.

Poderia verificar, por exemplo, como funcionam as instituições privadas na sua disputa alucinada por mais clientes – perdão: alunos –, como essas instituições tratam seu corpo docente, como promovem demissões em massa para a contratação de funcionários mais baratos. Poderia deslocar seus repórteres para verificar, presencialmente, o que tem significado a expansão das universidades públicas, a abertura de cursos sem qualquer estrutura, funcionando em contêineres, com professores insuficientes trabalhando em regime precário.

Finalmente, em vez de criar seu próprio critério de avaliação, poderia dedicar-se a estudar e estimular o debate sobre os critérios já existentes estabelecidos pelo governo. Mas para isso teria de abandonar o pressuposto de que a academia – isto é, a universidade pública – é refratária a avaliações. Pois não é disso que se trata: as inúmeras críticas feitas ao longo das últimas décadas aos critérios de avaliação pretendem demonstrar a enorme dificuldade da adoção de instrumentos adequados para medir a relevância do trabalho intelectual. E, mais ainda, que esses instrumentos não podem ser julgados isoladamente, dissociados do contexto político em que são produzidos: no caso, o modelo de universidade que se quer eleger.

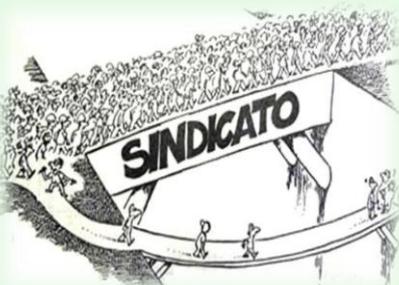
Não há novidade nessas considerações, porém. Como sempre, a prática da reportagem é muito mais eficaz e esclarecedora do que iniciativas de grande potencial publicitário, mas alheias ao papel elementar de qualquer jornal.

NOVIDADES



Professor, não deixe de buscar sua Agenda 2012

A agenda tem um espaço específico para você colocar seus horários de aula, fazer seu planejamento salarial e anotações diversas. Além disso, uma seção com importantes orientações sobre os direitos e as relações de trabalho dos professores. **Para os professores sindicalizados a agenda já está à disposição para ser retirada aqui no sindicato.** – Av. Ana Costa, 145, em Santos - Para os demais professores, ao se sindicalizarem receberão também este instrumento de organização feito especialmente para a categoria. Então, não deixe de se sindicalizar. A união é importante para manter a força do Sindicato. Vamos mudar juntos.



SINDICALIZE-SE

A união é importante para manter este sindicato forte. E assim, podemos continuar a lutar pelos direitos da categoria. Professor, não deixe de se sindicalizar. O SINPRO Santos está aqui para apoiá-los.

DENÚNCIA

Professor, não deixe passar nenhuma irregularidade na instituição em que você ensina. Entre em contato com o SINPRO Santos e denuncie. Telefone: 3234-1071



SINPRO SANTOS NAS REDES SOCIAIS

Para criar uma maior aproximação com você, professor, criamos uma página no Facebook e uma conta no Twitter. Estes novos meios serão mais uma ferramenta para deixá-los atualizados e manter contato com a categoria. Não deixe de acessar. [Facebook](#) e [Twitter](#)

NOVIDADES

Maysa Gomes Araujo
 Estética - Odontopediatria
 Prótese - Endodontia
 CRO 34.988

* Tabela de preços do SinproSantos
 * Parcelamos o seu Tratamento em até 10 vezes

R. Goiás, 119 - Santos - SP Tel: 3235-7475 / 3221-3948

e-Asas
 Cursos de Tecnologias Digitais para Educadores
 Até 35% de desconto para associados do SinPro-Santos!
 (11) 2937-5111 www.easas.blog.br
 (13) 3301-2442 www.easas.com.br

Plano Professor

SINPRO SANTOS Unimed Paulista

Planos com até **40%** de Desconto*